

S

Câmara Municipal de Paços de Ferreira



Relatório de Gestão
Ano 2012

Exercício 2012

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	ESTRUTURA ORGÂNICA	3
2.1	Composição da Câmara Municipal	4
2.2	Serviços Municipais	6
3	RECURSOS HUMANOS.....	8
3.1	Os Recursos Humanos	9
3.2	Estrutura de Antiguidade.....	12
3.3	Estrutura etária por Género.....	12
3.4	Estrutura Habilimental	13
3.5	Relatório anual da avaliação do desempenho.....	14
3.5.1	Nota Introdutória.....	14
3.5.2	Procedimentos em destaque.....	14
3.5.3	Análise à avaliação do desempenho na CMPF.....	15
3.5.3.1	Aferição e atribuição das quotas de desempenho relevante e reconhecimento de excelência.....	15
3.6	Notas Finais.....	16
4	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	17
4.1	Situação Económica	18
4.1.1	Análise dos Custos	23
4.1.2	Análise dos Proveitos.....	23
4.1.3	Análise dos Resultados.....	23
4.2	Situação Financeira	24

4.2.1	Análise Comparativa da Receita e da Despesa.....	24
4.2.1.1	Receita	24
4.2.1.2	Despesa	25
4.2.2	Análise da Execução Orçamental	26
4.2.2.1	Receita	26
4.2.2.1.1	Receitas Correntes	26
4.2.2.1.2	Receitas de Capital.....	28
4.2.2.1.3	Evolução da Receita Total.....	29
4.2.2.2	Despesa	31
4.2.2.2.1	Despesas Correntes	31
4.2.2.2.2	Despesas de Capital.....	34
4.2.2.2.3	Evolução da Despesa Total	35
4.2.2.2.4	Investimento	37
4.2.2.3	Endividamento.....	38
4.2.2.3.1	Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo	38
4.2.2.3.2	Evolução das Dívidas	40
4.3	Indicadores de Gestão	41
5	PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS	42
6	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	44
7	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO ...	46
8	NOTAS FINAIS	48

1.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, respeitante ao exercício económico de 2012, pretende analisar de forma resumida os documentos de prestação de contas, com especial destaque para a situação económico-financeira do Município, explicitando alguns dos documentos citados.

2.

ESTRUTURA ORGÂNICA

2 ESTRUTURA ORGÂNICA

2.1 Composição da Câmara Municipal

No ano de 2012, o Órgão Executivo que geriu os destinos do Município de Paços de Ferreira teve a seguinte composição e respetivas funções:

PRESIDENTE

PEDRO ALEXANDRE OLIVEIRA CARDOSO PINTO

- ↳ Coordenação Geral;
- ↳ Urbanismo – Obras Particulares;
- ↳ Articulação com as Juntas de Freguesia;
- ↳ Proteção Civil e Preservação da Floresta
- ↳ Acção Social (articulado com o Vereador Dr. António Coelho);
- ↳ Economia, Empreendedorismo e Inovação;
- ↳ Mercados e Feiras.

VEREADORES

DR. MANUEL EUGÉNIO PINHEIRO MARTINS COELHO

- ↳ Planeamento e Desenvolvimento Urbanístico;
- ↳ Obras Municipais;
- ↳ Iluminação Pública e articulação com a EDP;
- ↳ Trânsito e Transportes;
- ↳ Cemitérios;
- ↳ Ambiente;
- ↳ Toponímia e Numeração de Polícia.

DR. ANTÓNIO MANUEL MOREIRA COELHO

- ↳ Habitação Social e Cooperativa;
- ↳ Desporto, Recreio e Lazer;
- ↳ Ação Social (articulado com o Presidente da Câmara);
- ↳ Associativismo;
- ↳ Cultura e Património Cultural;
- ↳ Turismo;
- ↳ Juventude.

DRA. MARIA ALICE GUIMARÃES DA COSTA RODRIGUES FERREIRA

- ↳ Educação e Formação;
- ↳ Transportes Escolares;
- ↳ Ação Social Escolar;
- ↳ Saúde.

DR. HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO

Sem pelouros atribuídos.

DR. PAULO SÉRGIO LEITÃO BARBOSA

Sem pelouros atribuídos.

DRA. FILOMENA LUÍS NOGUEIRA DA SILVA

Sem pelouros atribuídos.

2.2 Serviços Municipais

Estrutura dos serviços municipais, reportada a 31/12/2012

Gabinete de Apoio à Presidência

Dr. Duarte Alves – Chefe de Gabinete

Dra. Cláudia Babo - *Secretária da Presidência*

Dra. Olga Maria Rocha Leite Silva – *Adjunta da Presidência*

Departamento Administrativo Jurídico Financeiro

O Departamento Administrativo Jurídico Financeiro, dirigido por um Diretor de Departamento, tem por atribuição o apoio técnico administrativo e jurídico às atividades desenvolvidas pelas restantes unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas integrantes do mesmo. É composto pela Divisão Jurídica, pela Divisão de Gestão Administrativa e pela Divisão de Contabilidade.

Diretor Departamento – Dr. José Manuel Ribeiro Leão.

Chefe de Divisão de Contabilidade – Dr. Manuel António Lobo Pacheco.

Departamento de Obras Municipais de Infraestruturas e Ambiente

O Departamento de Obras Municipais, Infraestruturas e Ambiente, dirigido por um Diretor de Departamento, agrupa um conjunto de valências relacionadas com a gestão das obras realizadas por conta do município, com a prestação de serviços urbanos, com a gestão de meios operacionais comuns aos diversos serviços municipais e, ainda, com a intervenção na resolução rápida de problemas no espaço e equipamentos públicos e nos edifícios e equipamentos municipais.

Diretor de Departamento – Eng.º Manuel Gomes de Abreu (em regime de substituição)

Chefe de Divisão de Projetos Municipais – Arq. Paulo Bettencourt

Chefe de Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras - Eng.º Fernando Manuel António

Chefe de Divisão de Administração Direta - Não preenchido

Departamento de Obras Particulares e Urbanismo

O Departamento de Obras Particulares e Urbanismo tem por atribuição assegurar a coordenação das unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas que compõem o departamento, bem como articular e implementar os planos municipais de ordenamento do território e o sistema de informação e controle dos processos urbanísticos.

Diretor de Departamento - Não preenchido

Chefe de Divisão de Licenciamento – Eng. António Alberto Martins Carneiro Brito (em regime de substituição).

Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social

A Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social visa a implementação de políticas nas áreas de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto, Recreio, Lazer e Juventude.

Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social – Dra. Fernanda Maria Taipa Bessa Mendes

Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento – Dr. António Daniel Pinto Cerqueira.

A Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento tem como missão assegurar a legalidade da atuação do Município no que concerne aos processos de expropriação, bem como o planeamento, acompanhamento, promoção e implementação de planos de ordenamento do território na área do Município.

3.

RECURSOS HUMANOS

3 OS RECURSOS HUMANOS

3.1 Os Recursos Humanos

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira tem como missão prestar serviços de interesse público para a comunidade, no âmbito do Município de Paços de Ferreira e promover o desenvolvimento económico-social e a qualidade de vida no município. Para a prossecução da sua missão a CMPF dispõe de um mapa de pessoal cada vez mais reduzido conforme se pode verificar nos dados abaixo descritos.

A estrutura orgânica da CMPF contava em 31 de Dezembro de 2012 com uma dimensão de 491 efetivos, com as seguintes naturezas jurídicas.

Quadro 1. Estrutura Jurídica de Pessoal a 31 de Dezembro de 2012

Comissão de Serviço (dirigentes)	CTFP – tempo indeterminado	CTFP – tempo parcial	Total
8	404	63	475

Neste ponto foram considerados todos os trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2012 mantêm um vínculo com a CMPF. Importa referir que dos 404 trabalhadores, 10 se encontram fora da CMPF: - em regime de mobilidade: 1 assistente técnico e 2 assistentes operacionais; em regime de Comissão de serviço estão 2 trabalhadores da carreira de assistente técnico e ausentes através de uma licença sem remuneração (prevista na Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro), estão 2 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais.

No quadro 2 podemos verificar o número de trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo o pessoal não docente transferido ao abrigo do Protocolo de Transferência de Competências em matéria de Educação, bem como os professores das Atividades Extra Curriculares (CTFP – Tempo Parcial).

Quadro 2. Distribuição dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2012

Ano	Pessoal Câmara	Pessoal Não Docente	Professores AEC	Total
2012	247	165	63	475

Quadro 3. Por grupos profissionais

Grupo Profissional	Nº	Pessoal Não Docente
Dirigentes	8	0
Técnicos Superiores	50	1
Assistentes Técnicos	57	25
Assistentes Operacionais	105	139
Outros	27	0
Técnicos AEC's (Tempo parcial)	63	0
Total	310	165

Em relação à distribuição dos efetivos por grupos profissionais é feita a separação entre o pessoal transferido ao abrigo da transferência de competências em matéria de educação, e o restante pessoal.

De referir ainda que o item “Outros” compreende:

- 1 Especialista Informática;
- 2 Técnicos Informática
- 1 Fiscal Leituras e Cobranças;
- 19 Policias Municipais;
- 1 Comandante Policia Municipal;
- 3 Fiscais Municipais.

Quadro 4. Evolução do número de efetivos de 2009 a 2012

Ano	CTFP TI	%	CTFP - TP	%	Total
2009	439	87,28%	64	12,72%	503
2010	437	85,85%	72	14,15%	509
2011	428	87,17%	63	12,83%	491
2012	412	86,74%	63	13,26%	475

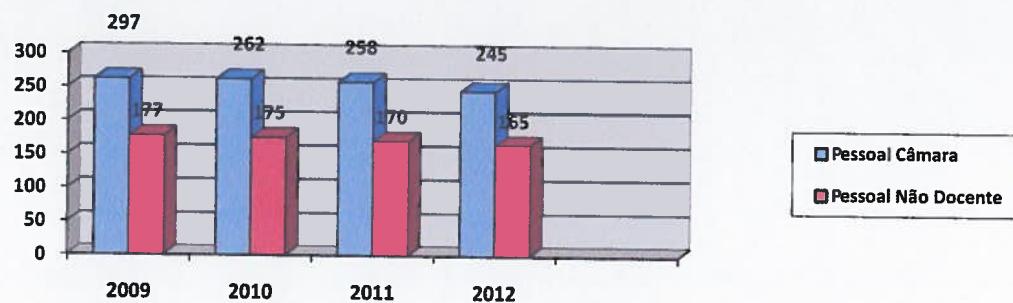
Relativamente à evolução do nº de efetivos ao longo dos últimos anos importa referir e salientar a redução considerável do nº de trabalhadores. A CMPF apresenta um ráio de 4,3 trabalhadores para cada mil habitantes (excluindo o pessoal da educação referente ao

protocolo de transferência de competências, porque não é transversal a todas as autarquias), quando a média nacional é de cerca de 18.

O quadro acima reflete essa tendência, desde 31 de dezembro do ano de 2009, este número baixa de 439 para os 412 trabalhadores (valor em 31 dezembro de 2012), havendo uma redução de 27 trabalhadores.

De salientar ainda, a inexistência dos contratos de trabalho a termo, quer pessoal da CMPF, quer pessoal não docente.

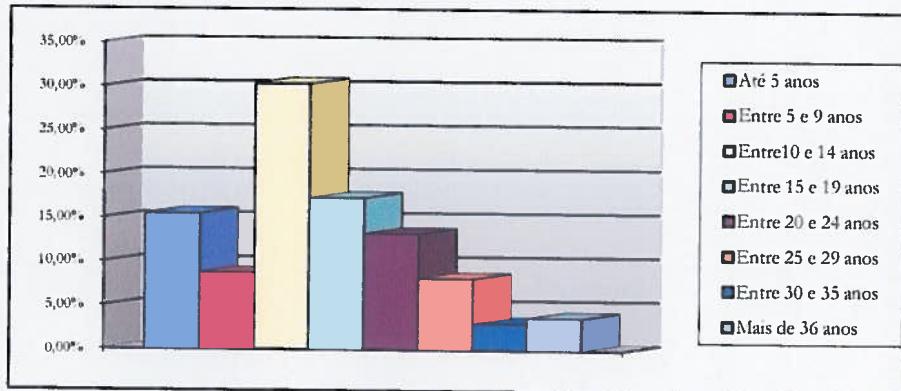
O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos 4 anos:



3.2 Estrutura de Antiguidade

O quadro seguinte apresenta-nos a antiguidade, no ano de 2012.

Tempo de serviço	2012	%
Até 5 anos	78	16,42%
Entre 5 e 9 anos	43	9,05%
Entre 10 e 14 anos	149	31,37%
Entre 15 e 19 anos	85	17,89%
Entre 20 e 24 anos	65	13,68%
Entre 25 e 29 anos	35	7,37%
Entre 30 a 35 anos	10	2,11%
Mais de 36 anos	10	2,11%
TOTAIS	475	100%

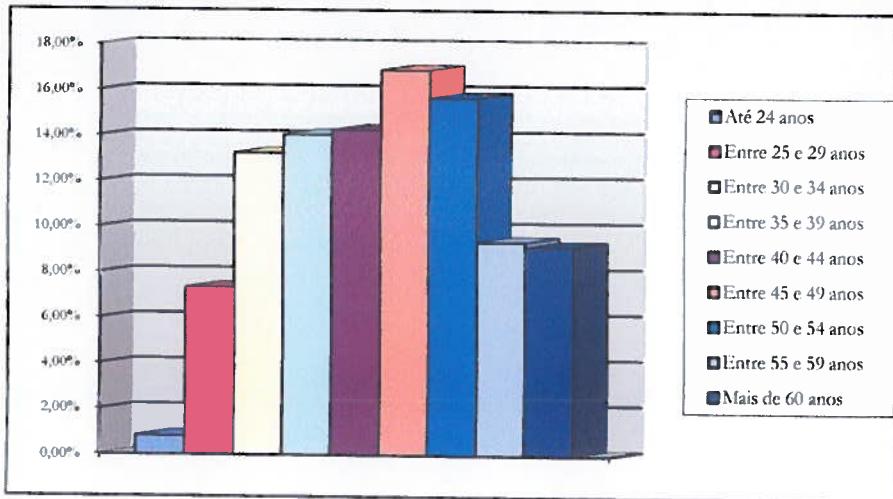


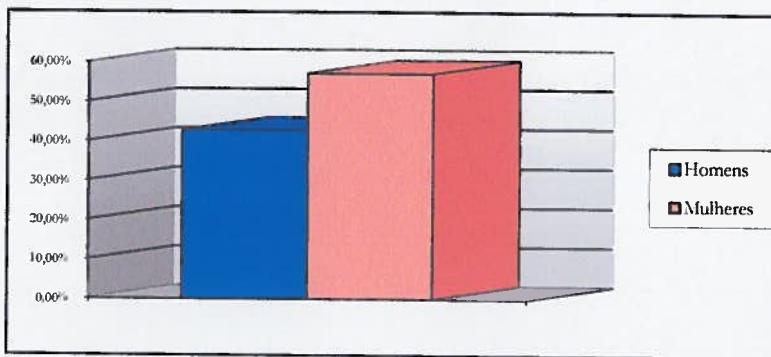
Em relação à estrutura de antiguidades, verifica-se que o maior número de efetivos se encontra na classe de intervalo entre 10 e 14 anos.

3.3 Estrutura etária por género

Com base na análise no quadro abaixo, conclui-se que o efetivo se distribui predominantemente nos níveis etários compreendidos entre os 45 e os 54 anos de idade.

Escalão Etário	2012	%
Até 24 anos	4	0,84%
Entre 25 e 29 anos	36	7,58%
Entre 30 e 34 anos	67	14,11%
Entre 35 e 39 anos	69	14,53%
Entre 40 e 44 anos	70	14,74%
Entre 45 e 49 anos	79	16,63%
Entre 50 e 54 anos	70	14,74%
Entre 55 e 59 anos	39	8,21%
Mais de 60 anos	41	8,62%
TOTAIS	475	100%





	2011	%
Homens	202	42,52%
Mulheres	273	57,47%
TOTAIS	475	100%

A distribuição global dos efetivos demonstra que 62,94% dos 475 trabalhadores da CMPF têm mais de 40 anos de idade. No que toca à distribuição de efetivos por género, verifica-se que há uma predominância do sexo feminino na CMPF.

3.4 Estrutura Habilitacional

A distribuição dos trabalhadores pelos níveis de habilitações literárias foi efetuada a partir das habilitações adquiridas pelos trabalhadores e não pelas legalmente exigidas para o ingresso nas respetivas carreiras profissionais.

Habilitações Literárias	2012	%
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0
4 Anos de escolaridade (4ª classe)	93	19,58%
6 Anos de escolaridade (ciclo preparatório)	51	10,74%
9 Anos de escolaridade	82	17,26%
11 Anos de escolaridade	59	12,42%
12 Anos de escolaridade	51	10,74%
Bacharelato	6	1,26%
Licenciatura	129	27,16%
Mestrado	4	0,84%
Doutoramento	0	0
TOTAIS	475	100%

Cerca de 27,16% dos efetivos possui uma licenciatura. O aumento da percentagem verificada no número de efetivos com o grau académico ao nível da licenciatura, reflete o investimento que cada trabalhador faz no sentido de valorizar o seu conhecimento.

As habilitações escolares ao nível do ensino secundário apresentam uma taxa de 23,16%.

Da análise dos dados inscritos no presente quadro, verifica-se que 19,58% possuem apenas a quarta classe.

3.5 Relatório anual da avaliação do desempenho

3.5.1 Nota Introdutória

No âmbito da aplicação da avaliação de desempenho prevista no SIADAP e em cumprimento do disposto no artigo 77º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro adaptado à administração local através do Decreto Regulamentar nº 18, foi elaborado o presente relatório síntese do processo de avaliação de desempenho referente ao período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano de 2012, dos dirigentes intermédios e trabalhadores do Município de Paços de Ferreira.

No ano de 2012, e desde a sua implementação, procedeu-se, mais uma vez, à aplicação do sistema de avaliação de desempenho SIADAP, a todos os trabalhadores e dirigentes, de acordo com o estabelecido nos diplomas legais supra referidos, bem como no Regulamento do CCA da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, e nas deliberações deste órgão, num esforço pela consolidação dos mecanismos e das ferramentas criadas, pela otimização das rotinas de operacionalização da avaliação do desempenho e dos circuitos de informação e divulgação.

3.5.2 Procedimentos em destaque

- Na primeira reunião do Conselho de Coordenação de Avaliação foram aprovados:
 - Diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP;
 - Calendarização do processo de avaliação para o ano de 2012;
- No mês de Dezembro de 2012, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto regulamentar nº 18/2009 de 4 de Setembro, foi constituída a Comissão Paritária para o biénio 2012-2013.
- Elaboraram-se diversas orientações, no final do ano de 2011 / início de 2012:
 - Divulgação dos objetivos estratégicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira para 2012;
 - Emissão de orientações para definição de objetivos para 2012 aos vários agrupamentos de escolas do concelho, através da Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente;
 - Lista de avaliados a cada avaliador;
 - Documento com orientações a ter em conta na definição de objetivos para

2012;

- Na fase de planeamento do processo de avaliação, distribuição das quotas por serviços por forma a garantir a equidade no sistema de avaliação.
- Para além da divulgação destes documentos, e no sentido de acompanhar o desenvolvimento do processo de avaliação, facultaram-se várias informações via e-mail a todos os avaliadores.

3.5.3 Análise à Avaliação do Desempenho na C M P F

3.5.3.1 Aferição e atribuição das quotas de desempenho relevante e reconhecimento de excelência

Para os efeitos consignados no artigo 75º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, foram fixadas as correspondentes percentagens máximas para as avaliações de desempenho relevante, respetivamente 25% dos trabalhadores na carreira respetiva.

Neste âmbito, os trabalhadores avaliados foram agregados **em 5 grupos:**

Quadro 1.

Nº de efetivos por grupo de pessoal sujeitos a diferenciação de desempenho em 2012

Grupos de Pessoal	Nº de Efetivos	Quotas Relevantes	Relevantes atribuídos	Adequados
Dirigentes Intermédios de I e II grau	8	2	0	8
Técnico Superior	110	28	15	95
Assistente Técnico	77	20	5	72
Assistente Operacional	241	60	34	207
Fiscalização e Polícia Municipal	22	5	0	22
Total:	458	115	54	404

3.6 Notas Finais

As 413 avaliações foram efetuadas num processo de articulação e parceria internas entre as unidades orgânicas da CMPF, envolvendo o Exmo. Executivo, avaliadores e avaliados, a Secção Autónoma para avaliação do Pessoal Não Docente, o Conselho de Coordenação de Avaliação e a Comissão Paritária.

Ao longo dos anos tem-se verificado uma participação cada vez mais ativa de todos os profissionais no processo avaliativo, acompanhado de uma maior sensibilização para a gestão por objetivos, o que tem contribuído para que a CMPF, obtenha, com qualidade, os resultados esperados.

4.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Situação Económica

A atividade económico-financeira do Município reportada ao ano em análise, foi marcada pela continuação da execução de alguns projetos plurianuais programados desde o início do mandato deste Executivo, donde se destacam os seguintes.

Ao nível da Educação:

- A conservação e reparação de Edifícios Escolares em todo o Concelho;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para Edifícios Escolares;
- Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Ação Social Escolar;
- Fornecimento de refeições escolares;
- Atividades de apoio à família no pré-escolar;
- Programa de distribuição da fruta escolar;
- Continuação da Construção do Centros Escolares de Arreigada;
- Preparação do reinício das obras dos Centros Escolares de Eiriz e Seroa;
- Construção de acessos aos Centros Escolares;
- Lançamento do primeiro curso em Portugal de Pós-Graduação em Design de Mobiliário;
- Continuação da participação no projeto Profisousa.

Ao nível da Ação Social:

- Realização do Verão Ativo e outros programas para a infância e juventude;
- Serviço de Atendimento Integrado;
- Serviço de Ação Social;

- Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
- Gabinete de Inserção Profissional em articulação com IEFP;
- Dinamização da Rede Social de Paços de Ferreira e participação na Plataforma Supra Municipal do Tâmega e Sousa;
- Participação ativa na Agenda para a empregabilidade do Tâmega e Sousa;
- Execução do Programa Capital Solidária que contempla dez medidas de apoio social e venceu o prémio de boas práticas na vertente respostas sociais atribuído pelo Centro Distrital da Segurança Social etc;
- Dinamização do Balcão Social para apoio social às famílias em situação de emergência, ao nível da alimentação, vestuário e mobiliário;
- Celebração de Contratos de Financiamento com as IPSS;
- Cedência de espaços municipais para actividade de IPSS's.

Ao nível da Habitação:

- Manutenção e conservação do parque habitacional;
- Apoio à habitação através da Capital Solidária;
- Colocação de famílias em habitação social no âmbito do Regulamento Capital Solidária;
- Atividades para a inserção, socialização e gestão doméstica da população residente em habitação social.

Ao nível do Ordenamento do Território:

- Construção da 1ª fase do Parque Urbano de Paços de Ferreira;
- Aquisição de terrenos para Zonas de Lazer;
- Construção de infraestruturas de Loteamentos;
- Continuação dos investimentos em espaços de lazer e zonas ribeirinhas, entre os quais o Centro Cívico de Frazão, Parque de Lazer de Freamunde e apoio ao Parque de Lazer de Meixomil;
- Continuação das obras de regeneração urbana.

Ao nível da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:

- Requalificação de Espaços Verdes e Jardins;
- Conservação e beneficiação de Jardins;
- Construção de Jardins;
- Tratamento de árvores.

Ao nível da Cultura Desporto, Recreio e Lazer

- Realização de Ciclos Culturais temáticos com programação variada e envolvimento dos agentes culturais locais;
- Realização da Feira do Livro;
- Animação dos equipamentos culturais;
- Apoio e valorização dos agentes culturais locais (autores, artistas e associações);
- Promoção e valorização do património imaterial e material;
- Realização do Experimentarte 2012 – artes plásticas;
- Articulação com a Empresa Municipal Gespaços na gestão dos espaços desportivos municipais, nomeadamente, o Pavilhão Desportivo Municipal, o Pavilhão Municipal de Modelos, as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira e Freamunde e os Pavilhões das EB2,3 de Paços de Ferreira, Freamunde, Frazão e Eiriz;
- Disponibilização à população dos polidesportivos dos Centros Escolares de Carvalhosa, Ferreira, Figueiró, Frazão, Freamunde, Lamoso, Meixomil, Paços de Ferreira, Penamaior, Raimonda e Sanfins de Ferreira;
- Realização do Setembro Jovem;
- Realização dos jogos Concelhios que envolvem todo o Município num programa de competição desportiva entre as 16 freguesias do Concelho abrangendo diversas modalidades desportivas e recreativas;

-
- Celebração de Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo com as associações desportivas consagrando apoio financeiro, logístico e administrativo;
 - Desenvolvimento de programas de promoção da atividade física, da saúde e de hábitos de vida saudável;
 - Cedência de espaços municipais para o desenvolvimento das atividades de várias associações.

Ao nível da Indústria e Energia:

- Instalação de reguladores de fluxo luminoso na cidade de Paços de Ferreira no âmbito do Projeto de Eficiência Energética;
- Foram apoiados vários projetos de investimento, estando alguns em execução da construção, outros já iniciaram a laboração e outros estão em processo de licenciamento, localizados nos Pólos de Acolhimento Empresarial;
- Estão em curso os trabalhos da Cidade Tecnológica, designadamente o projeto da incubadora industrial e transferência de tecnologia em parceria com o Instituto Politécnico do Porto. Este projeto é assumido pelo IPP como o seu principal projeto de apoio ao empreendedorismo a poio à inovação;
- Continua o trabalho para a montagem do Centro de Excelência para a Indústria do Mobiliário que engloba o Centro Avançado de Design no contexto da Cidade Tecnológica;
- Articulação com a Associação Empresarial em vários programas de estímulo à economia;
- Início do projecto Woodfootprint no âmbito do Urbact que envolve um consórcio de 10 cidades europeias liderado pelo Município de Paços de Ferreira e que visa envolver os empresários de comércio de mobiliário na conceção de uma renovada estratégia para este sector.

Ao nível dos Transportes Rodoviários:

- Execução de Passeios no Concelho;
- Conservação e beneficiação de Arruamentos e Vias Municipais;
- Delegações de competências nas Juntas de Freguesia;
- Início das obras de várias vias estruturantes.

4.1.1 Análise dos Custos

Os custos totais do exercício registaram o montante de 22.411.935,41 €, que tiveram a sua expressão mais significativa nas seguintes contas:

62 – Fornecimentos e serviços externos (FSE) – 6.312.031,39 €

Regista-se uma diminuição nos (FSE), de 1.353.803,89 €, ou seja de (-17,66%).

63 – Transferências e subsídios correntes concedidos (TSCC) – 3.021.865,52 €

Regista-se um aumento nas (TSCC) de 1.112.747,13 €, ou seja de (58,29 €)

64 – Custos com o pessoal – 7.440.764,61 €

Ao custos com pessoal diminuíram em 568.895,04 €, ou seja de (-7,11)

66 – Amortizações do exercício – 2.069.059,36 €

4.1.2 Análise dos Proveitos

Os proveitos do exercício registaram o montante de 22.307.595,61€.

Contribuíram para este volume de proveitos os seguintes fatores:

71 – Vendas e prestação de serviços – 1.013.222,31 €

72 – Impostos e Taxas – 6.429.782,87 €

Verificou-se uma diminuição destes proveitos.

74 – Transferências e fundos obtidos – 11.556.891,80 €

Verificou-se um decréscimo nesta conta relativamente ao ano anterior.

4.1.3 Análise dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado e reportado ao ano em análise foi de, **(-104.339,80 €)**. É uma redução de 94%, face ao ano de 2011 que foi de (-1.809.630,70€). Em 2010 havia sido de (-10.758.546,58€).

4.2 Situação Financeira

4.2.1 Análise comparativa da Receita e da Despesa

4.2.1.1 Receita

Para financiamento da sua atividade, o Município contou em 2012 com receitas provenientes de diversas origens que totalizaram o valor 28.164.506,18 €, de onde se podem destacar as seguintes:

1. Transferências

1.1 Fundos Municipais Correntes	5.544.188,00
1.2 Fundos Municipais de Capital	2.536.138,60
1.3 Outras (Correntes + Capital)	<u>7.515.377,30</u>
	<u>15.595.703,90</u>

2. Receitas Próprias

2.1 Impostos Diretos	5.965.919,20
2.2 Impostos Indiretos	165.191,02
2.3 Outras (Venda bens e serviços, Taxas, Passivos Financeiros, etc.)	<u>5.426.793,79</u>
	<u>11.557.904,01</u>
	<u>27.153.607,91</u>

3. Saldo da Gerência anterior

1.010.898,27

4. Total Geral

28.164.506,18

Em síntese:

Receita Global.....	27.122.928,14 €
Receitas Correntes.....	18.853.786,44 € (69,52%)
Receitas Capital.....	8.261.795,40 € (30,46%)
Outras Receitas.....	7.376,30 € (0,02%)

4.2.1.2 Despesa

O montante global da despesa cifrou-se em 27.178.599,58 €, tendo-se registado um decréscimo de (8.093.185,55 €), que representa uma diminuição de (-22,94%), em relação ao período anterior, o que acompanhou o comportamento verificado na receita.

Em síntese:

Despesa Global.....	27.178.599,58 €
Despesas Correntes.....	17.606.555,16 € 64,78%
Despesas Capital.....	9.572.044,42 € 35,22%

QUADRO DA COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS
(PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL)

Receitas			Despesas			(€)
	Valor	%		Valor	%	
Correntes	18.853.786,44	69,52	Correntes	17.606.555,16	64,78	
Capital	8.261.765,40	30,46	Capital	9.572.044,42	35,22	
Outras	7.376,30	0,02	Outras	0,00	0,00	
TOTAL	27.122.928,14	100	TOTAL	27.178.599,58	100	

A leitura deste quadro permite concluir que o **Princípio do Equilíbrio Orçamental** foi respeitado, ou seja, o valor das despesas correntes, não ultrapassou o valor das receitas correntes.

4.2.2 Análise da Execução Orçamental

4.2.2.1 Receita

4.2.2.1.1 Receitas Correntes

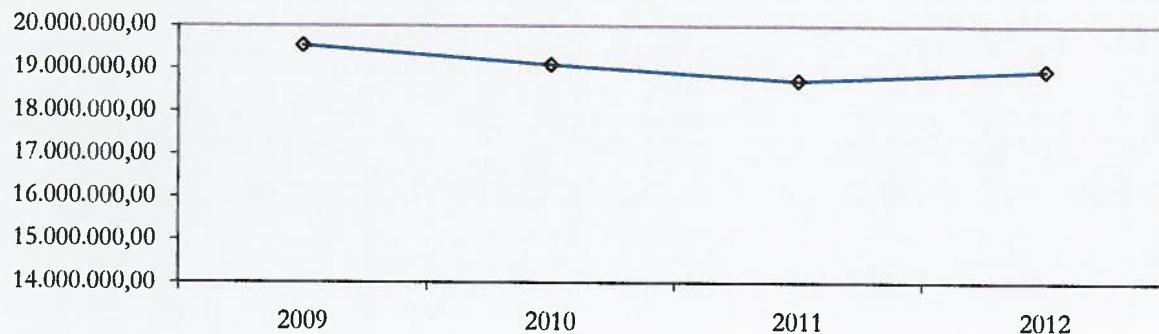
O total da receita corrente cobrada em 2012, foi de 18.853.786,44€, tendo-se registado um acréscimo de (138.794,66€), que representa um aumento de (0,75%) em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

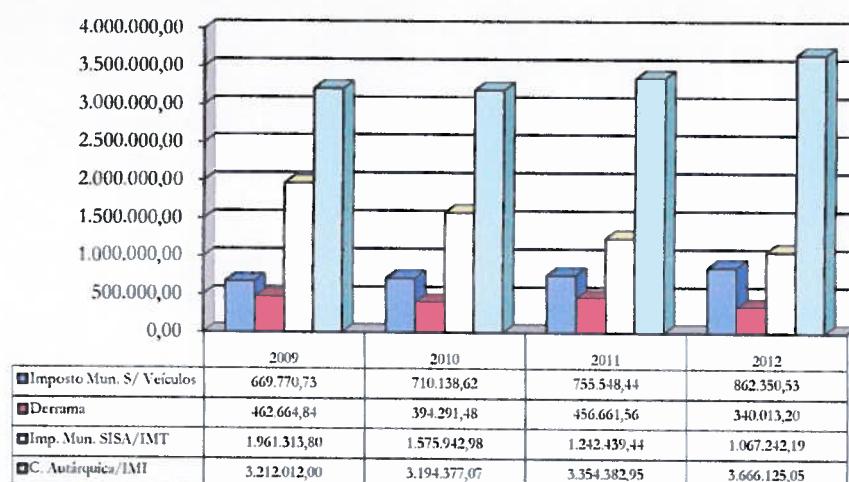
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

	DESCRIÇÃO	2009	2010	Var.	2011	Var.	2012	Var.	Estr.
				%		%		%	%
1	IMPOSTOS DIRECTOS	6.305.761,37	5.874.750,15	-6,84	5.809.032,39	-1,12	5.935.730,97	2,19	31,50
	IMI/CA	3.212.012,00	3.194.377,07	-0,55	3.354.382,95	5,01	3.666.125,05	9,30	19,45
	IUC/IMV	669.770,73	710.138,62	6,03	755.548,44	6,39	862.350,53	14,14	4,58
	Derrama	462.664,84	394.291,48	-14,78	456.661,56	16,58	340.013,20	-25,55	1,81
	IMT/SISA	1.961.313,80	1.575.942,98	-19,65	1.242.439,44	-21,16	1.067.242,19	-14,11	5,66
	Imposto Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	380.601,78	338.320,11	-11,11	288.027,20	-14,87	165.137,89	-42,67	0,86
3	TAXAS, MULTAS E OUTROS PENAL.	483.159,89	500.357,58	3,56	565.510,43	13,02	366.693,16	-35,16	1,94
4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	38.323,35	40.658,74	6,09	22.567,01	-44,50	12.033,54	-46,68	0,07
5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.113.530,61	10.001.569,53	-1,11	9.685.664,89	-3,16	9.018.599,34	-6,89	47,84
	Transferências do Estado	10.080.470,79	9.985.541,24	-0,94	9.658.603,32	-3,27	9.017.704,51	-6,64	47,83
	Outras	33.059,82	16.028,29	-51,52	27.061,57	68,84	894,83	-96,70	0,01
6	VENDA DE BENS	38.383,25	9.020,44	-76,50	14.233,48	57,79	6.268,72	-55,96	0,03
7	VENDA DE SERVIÇOS/RENDAS E ALUG.	2.161.818,35	2.242.490,99	3,73	2.261.323,71	0,84	2.061.386,20	-8,85	10,93
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.275,77	78.205,27	661,06	68.632,67	-12,24	1.287.936,62	1.777	6,83
	TOTAL.	19.531.854,37	19.085.372,81	-2,29	18.714.991,78	-1,94	18.853.786,44	0,75	100

Evolução das Receitas Correntes



Evolução das Receitas Correntes: Impostos Directos



Atente-se o seguinte rácio de atividade:

$$\frac{\text{Peso dos Impostos Locais na Receita Total}}{\text{Receita Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{6.100.868,86}{27.122.928,14} \times 100 = 22,50\%$$

Os Impostos Locais representam 22,50% da receita total arrecadada pelo Município.

4.2.2.1.2 Receitas de Capital

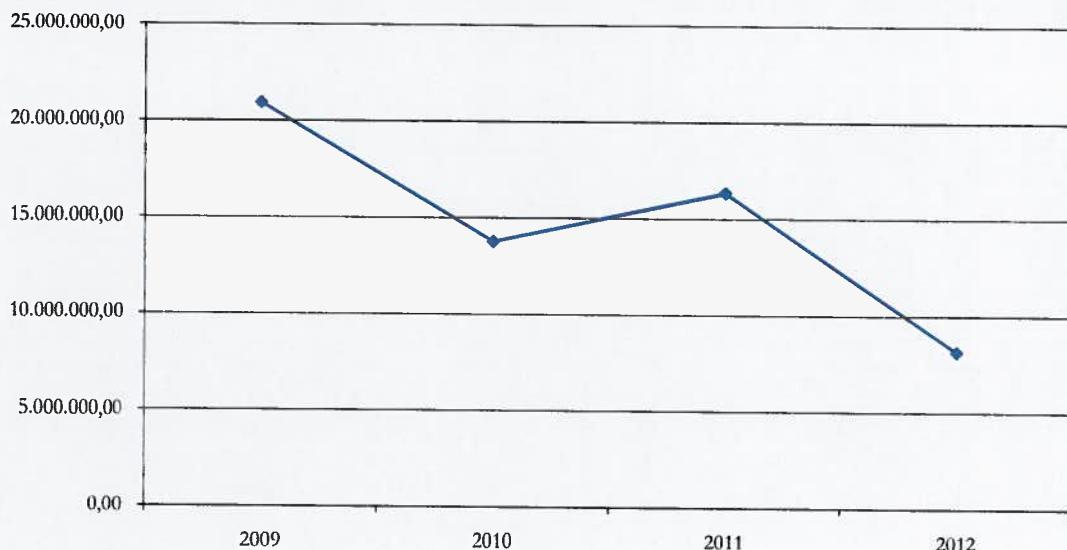
O total da receita de capital cobrada em 2012, foi de 8.261.765,40 €, tendo-se registado um decréscimo de (8.089.301,87 €), ou seja (-49,48%), em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	2009	2010	Var.%	2011	Var.%	2012	Var.%	Est.%
9 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	360.762,50	100	993.084,00	175,27	587.933,53	-40,80	7,12
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.091.493,51	13.436.489,52	33,15	14.736.793,27	9,68	6.577.104,56	-58,12	79,60
Participação nos Impostos do Estado	2.874.148,00	3.479.385,71	21,06	3.512.739,52	0,96	2.661.634,41	-24,23	32,21
OUTRAS	5.243,07	13.976,26	166,57	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00
FEDER	7.212.102,44	9.943.127,55	37,87	11.224.053,75	12,88	3.915.470,15	-72,70	47,39
11 PASSIVOS FINANCEIROS	10.800.795,74	0,00	-100	600.000,00	100	1.096.727,31	82,79	13,28
12 OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	21.191,00	100	0,00	-100	0,00
TOTAL	20.892.289,25	13.797.252,02	-33,96	16.351.067,27	18,51	8.261.765,40	-49,48	100

Evolução das Receitas de Capital

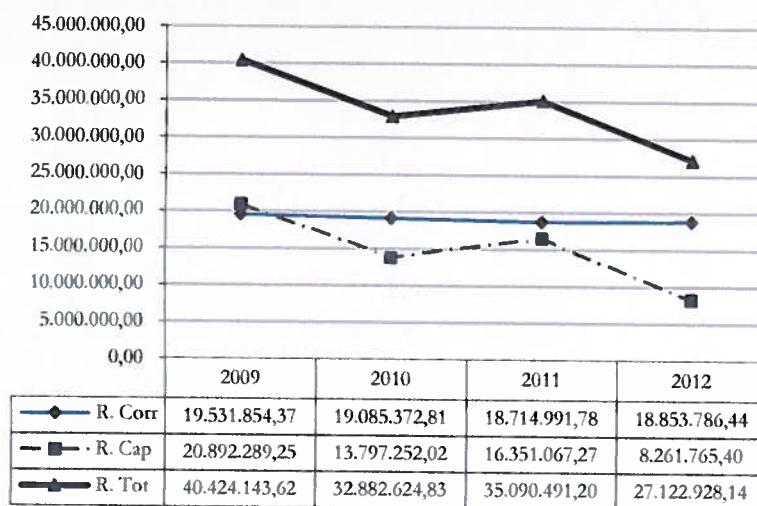


4.2.2.1.3 Evolução da Receita Total

Gráfico Resumo

Permite constatar o comportamento das receitas correntes e de capital.

Resumo da Evolução da Receita Total



Nota: Neste quadro falta o valor de 24.432,15 €, em 2011 e o valor de 7.736,30 €, em 2012, respeitante a Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

**Dependência das transferências da Administração Central
(no contexto da Receita Total)**

$$\text{Peso dos Fundos Municipais na Receita Total} \times 100 \Leftrightarrow \frac{\text{FEF+FSM+PFIRS}}{\text{Receita Total}} \times 100 = \frac{8.080.326,60}{27.122.928,14} = 29,80\%$$

Constata-se que a dependência das transferências da Administração Central se situa nos 29,80% da receita total.

4.2.2.2 Despesa

4.2.2.2.1 Despesas Correntes

A execução orçamental da despesa corrente totalizou 17.606.555,16€, o que representa um acréscimo de (462.772,51 €), ou seja um aumento de (2,70%), em relação ao período homólogo anterior.

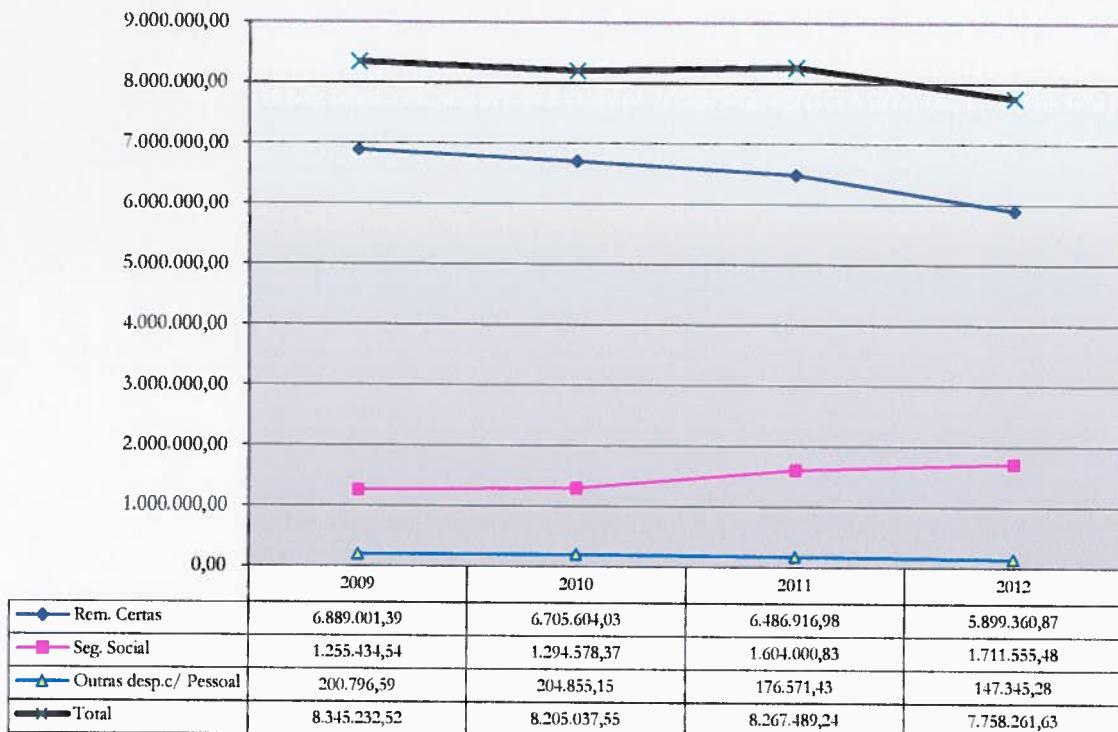
Evolução das Despesas Correntes

Descrição	2009	2010	Var.%	2011	Var.%	2012	Var.%	Estr.%
1 Pessoal	8.345.232,52	8.205.037,55	-1,68	8.267.489,24	0,76	7.758.261,63	-6,16	44,06
3 Aquisição de Bens	383.703,03	292.499,73	-24,41	211.599,20	-27,66	355.138,03	67,83	2,02
4 Aquisição de Serviços	5.126.134,77	5.715.535,59	11,50	5.674.475,00	-0,72	6.182.164,37	8,95	35,11
Transferências								
5 Correntes	3.147.401,97	2.292.183,11	-27,17	1.848.466,82	-19,36	1.729.392,87	-6,44	9,82
6 Encargos Financeiros	1.061.411,97	818.848,86	-22,85	1.020.256,10	24,60	1.413.102,38	38,50	8,03
Outras Despesas								
7 Correntes	1.165.246,62	233.308,06	-79,98	121.496,29	-47,92	168.495,88	38,68	0,97
TOTAL	19.229.130,88	17.557.412,90	-8,69	17.143.782,65	-2,36	17.606.555,16	2,70	100

As despesas correntes correspondem, assim, a 64,78% da despesa total.

Devido ao peso que o grupo das despesas com pessoal representa no orçamento, complementa-se o presente relatório com os elementos indispensáveis à análise desenvolvida nesta rubrica e os respetivos limites legais.

Evolução das Despesas Correntes: Pessoal



Limite legal das despesas com pessoal

	Ano 2011	Ano 2012	Comparação (2011-2010)
Despesas com pessoal	8.267.489,24	7.758.261,63	-509.227,61
TOTAL	8.267.489,24	7.758.261,63	-509.227,61

Verificou-se uma diminuição no valor das despesas com pessoal de (509.227,61 €), ou seja (-6,16%), em relação ao ano anterior.

Vejamos alguns **Rácios de Atividade** com esta área funcional:

$$\frac{\text{Peso das Despesas com Pessoal nas}}{\text{Despesas Correntes}} \frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesas Correntes}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{7.758.261,63}{17.606.555,16} \times 100 = 44,06\%$$

Constata-se que as despesas com pessoal correspondem a 44,06% das despesas correntes.

$$\frac{\text{Peso das Despesas com Pessoal na}}{\text{Despesa Total}} \frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{7.758.261,63}{27.178.599,58} \times 100 = 28,54\%$$

Se compararmos com a despesa total o seu peso corresponde a 28,54 %.

Quanto à evolução que este tipo de despesa vem assumindo, relativamente ao ano anterior, temos que:

$$\begin{aligned} & (\text{Desp. c/ Pes. (2012)} - \text{Desp. c/ Pes. (2011)}) / \text{Desp. c/ Pes. (2011)} \times 100 \\ & [(7.758.261,63 - 8.267.489,24) / 8.267.489,24] \times 100 = -6,16\% \end{aligned}$$

4.2.2.2.2 Despesas de Capital

O montante apurado das despesas de capital cifrou-se em 9.572.044,42€, contribuindo de forma significativa para este valor, as rubricas de Investimento, 71,03 %, apesar da quebra verificada em termos de valores absolutos.

As despesas de capital representam 35,22% da despesa total.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Descrição		2009	2010	Var.%	2011	Var.%	2012	Var.%	Estr.%
9	Investimento	15.172.666,01	12.153.188,96	-19,90	14.856.019,91	22,24	6.798.595,64	-54,23	71,03
10	Transferências Capital	3.602.632,63	2.456.492,61	-31,81	1.832.205,67	-25,41	667.035,52	-63,59	6,97
12	Passivos Financeiros	2.335.194,99	1.009.725,93	-56,76	1.439.776,90	42,59	2.106.413,26	46,30	22,00
13	Outras Despesas de Capital		0,00		0,00		0,00		0,00
TOTAL		21.110.493,63	15.619.407,50	-26,01	18.128.002,48	16,06	9.572.044,42	-47,19	100

O montante relativo à rubrica Investimento baixou significativamente, fruto do abaixamento no recebimento de verbas respeitantes a fundos comunitários, que são o grande impulsionador dos maiores investimentos verificados no Município ao longo dos últimos anos.

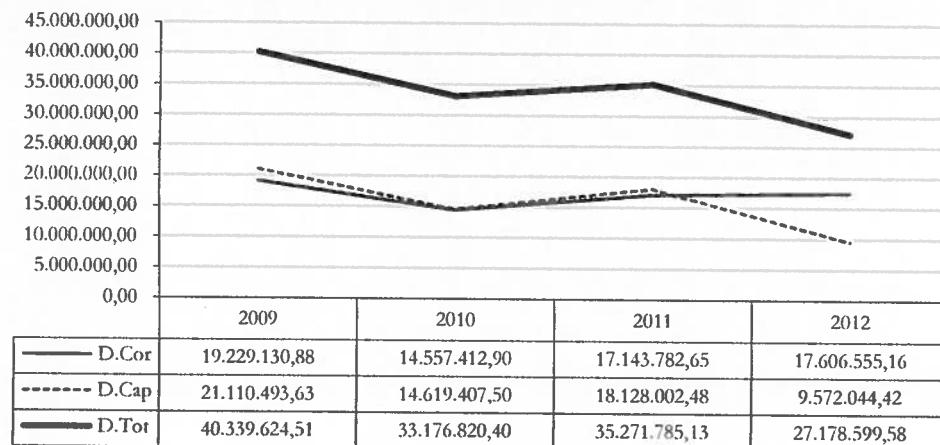
4.2.2.2.3 Evolução da Despesa Total

O quadro evolutivo das despesas correntes e de capital, permite a análise da contribuição de cada um dos grupos para o acréscimo registado, constatando-se que, as despesas correntes tiveram uma variação positiva de (462.772,51€), (2,70%), e as despesas de capital registaram uma variação negativa de (8.555.958,06€), (-47,20%). As despesas correntes representam 64,78% da despesa total, enquanto as despesas de capital representam 35,22% da despesa total.

EVOLUÇÃO RESUMO DA DESPESA TOTAL

	(€)							
	2009	2010	Var.%	2011	Var.%	2012	Var.%	Estr.%
Despesas Correntes	19.229.130,88	17.557.412,90	-8,69	17.143.782,65	-2,36	17.606.555,16	2,70	64,78
Despesas Capital	21.110.493,63	15.619.407,50	-26,01	18.128.002,48	16,06	9.572.044,42	-47,20	35,22
DESPESA TOTAL	40.339.624,51	33.176.820,40	-17,76	35.271.785,13	6,31	27.178.599,58	-22,95	100

Evolução Resumo da Despesa



Rácios de Atividade

Peso das Despesas Correntes na Despesa Total	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	17.606.555,16	$\times 100 =$	64,78%
--	---	---------------	----------------	--------

Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total	$\frac{\text{Aq. Bens e Serviços}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	6.537.302,40	$\times 100 =$	24,05%
---	--	--------------	----------------	--------

A aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento do Município, cifra-se em 24,05% da despesa total, sendo de realçar o peso significativo que há nesta rubrica do serviço de transportes escolares e dos serviços prestados pela Gespaços, e pagamento de recolha de RSU à Valsousa.

Cobertura da Despesa Total (no contexto das Transferências da Administração Central)

Peso das Transferências Totais na Despesa Total	$\frac{\text{Transferências Totais}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	11.679.338,92	$\times 100 =$	43,98 %
---	--	---------------	----------------	---------

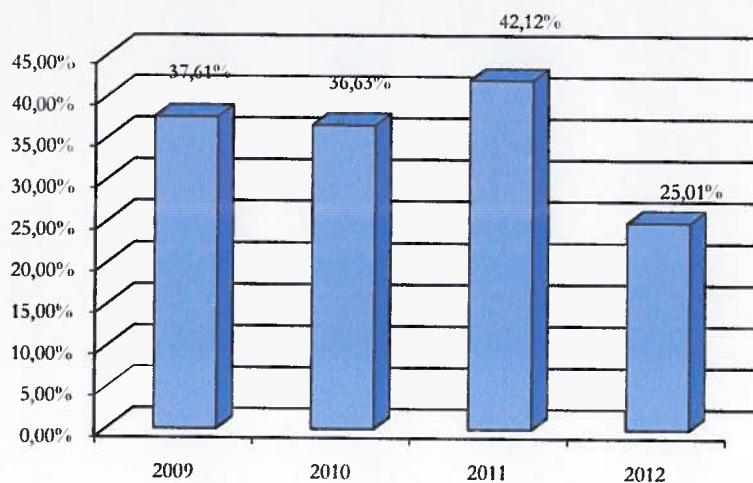
A despesa total do Município é suportada em 42,98% pelas Transferências da Administração Central (inclui a participação nos impostos do Estado e delegação de competências).

4.2.2.2.4 Investimento

O quadro patenteia o volume de investimento realizado no quadriénio, no contexto da despesa total realizada em cada exercício económico.

Evolução Resumo do Investimento Total

	(€)							
	2009	2010	Var.%	2011	Var.%	2012	Var.%	Estr.%
Investimento	15.172.666,01	12.153.188,96	19,90	14.856.019,91	22,24	6.798.595,64	-54,23	25,01
DESPESA TOTAL	40.339.624,51	33.176.820,40	-17,76	35.271.785,13	6,31	27.178.599,58	-22,95	100



4.2.2.3 Endividamento

4.2.2.3.1 Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo

Controlo dos Limites Gerais dos Empréstimos

Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Cálculo nos termos do art.º 66º da Lei do Orçamento do Estado para 2012

ANO (n)	APURAMENTO DO LIMITE LEGAL MLP		ENCARGOS DISPONÍVEIS
	Limite EMLP	Dívida *1	
Para 2012	11.235.071€	31/12/2012 (n)	
2012	11.235.071€	9.721.837,89€	1.513.233,11€

*1 Excecionam-se os empréstimos que não entram para a capacidade de endividamento - art.º 39 e 61º da LFL

Dívida MLP a 31/12/2012

Finalidade	Entidade	Capital		Dívida em	Dívida em
Empréstimo	Credora	Contratado	Utilizado	01-01-2011	31-12-2011
Aquisição e Instalação Esq. 12 e variante sul E.N. 207 P.F. - N	B.E.S.	1.995.191,59	1.995.191,59	285.118,47	142.612,47
Financ.Projectos const. Plano Atividades 2000 (n.º 47/987/19,27,35) - N	C.G.D	2.992.787,38	2.992.787,38	1.823.827,81	1.689.615,62
Var. Sul à E.N. 207 P. Fer./Freamunde 1 ^a /2 ^a fases (n.º 43/787/19) - N	C.G.D	476.102,59	476.102,59	143.191,59	83.725,30
Redes Isoladas de Saneamento (n.º 42/987/19) - N	C.G.D	61.501,78	61.501,78	18.497,13	10.815,43
Exec. de várias obras constantes Plano Atividades (n.º 296/687/19) - N	C.G.D	1.745.792,64	1.745.792,64	1.282.221,37	1.164.441,26
Terrenos Acolhimento empresarial, Infra estruturação Acolhimento Empresarial e Construção Variantes	C.G.D	4.300.000,00	4.300.000,00	4.198.627,81	4.198.627,81
Empréstimo PREDE	BPI e DGT	3.800.000,00	3.800.000,00	2.888.000,00	2.432.000,00
Total		15.371.375,98	15.371.375,98	10.639.484,18	9.721.837,89

Receitas: Impostos Municipais, FEF, IRS e Derrama de 2012

RECEITA TOTAL	13.092.846,62
1. Impostos Municipais	5.956.771,62
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.447.997,35
Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)	1.277.675,63
Imposto Único Municipal (IUC)	774.437,08
2. Derrama	456.661,56
3. FEF + IRS	7.136.075,00

Para o exercício de 2012 o Município continuou com alguma margem em termos de limite de endividamento para empréstimos de médio e longo prazo, tendo em 31 de Dezembro de 2012, uma margem de 1.513.233,11€.

4.2.2.3.2 Evolução das Dívidas

Dívidas a Instituições de Crédito

Dívidas a Instituições de Crédito – Médio e Longo Prazo

2011	2012	Tx Var. %
24.099.992,64	22.994.326,44	-4.59

Dívidas a Fornecedores (Não está toda vencida por uma grande parte estar com acordo de pagamento e outra parte significativa entrou no final do ano, não tendo entrado em dívida vencida)

2011	2012	Tx Var. %
38.930.277,70	37.141.078,40	-4.82

Dívida Total

2011	2012	Tx Var. %
63.030.270,34	60.135.404,84	-4.81

4.3 Indicadores de Gestão

Os indicadores são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económico-financeira do Município.

Rácios Financeiros

	2011	2012
Liquidez:		
Liquidez Geral: (Ativo Circulante/Passivo Circulante) 17.910.505,59 / 37.880.055,46	0,49	0,47
Liquidez Reduzida: (Ativo Circulante-Existências/Passivo Circulante) 17.860.246,13 / 37.880.055,46	0,49	0,47
Liquidez Imediata: (Depósitos Bancários+Caixa/Passivo Circulante) 471.919,04 / 37.880.055,46	0,03	0,01
Financeiros:		
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo) 90.012.673,78 / 218.221.679,14	0,41	0,41
Estrutura Financeira: (Fundos Próprios/Passivo mil prazo) 90.012.673,78 / 22.994.326,44	3,75	3,91
Solvabilidade Total: (Ativo/Passivo) 218.221.679,14 / 128.209.005,36	1,70	1,70

5.

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

5 PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício apurado é de **(-104.339,80€)**.

Dispõe o POCAL (p. 2.7.3.) de que “a aplicação do resultado líquido do exercício, é aprovado pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo”.

Dado que o Resultado Líquido do Exercício foi negativo, não se pode efetuar reforço do Património, nem constituir Reservas.

6.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Neste ponto salienta-se a continuidade da aposta do Município na Educação. Há uma nova resposta qualificada ao nível do edificado e outras estão em curso.

Do lado da receita, verifica-se a forte diminuição em tudo o que está dependente de conjuntura económico-financeira.

Outro facto relevante a considerar em 2012 é o corte das transferências do estado. Pelo terceiro ano consecutivo verifica-se o incumprimento da Lei das Finanças Locais através dos PEC, do PAEF (Troika) e dos Orçamentos do Estado que significa uma perda de 6,64M€ para os cofres municipais. Acresce o facto de todos estes instrumentos do Estado terem determinado mais contribuições do Município, dificultando a gestão.

A situação económica de várias famílias determinou ainda o disparar de despesas com ação social escolar, refeições e outros apoios sociais.

7.

***FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO
EXERCÍCIO***

7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Espera-se que a revisão da Lei das Finanças Locais prevista para este ano de 2013 venha fazer justiça ao Município de Paços de Ferreira e acabe com a penalização comparativa que já foi evidenciada no anterior Relatório de Gestão, ou seja, diminuir as diferenças significativas das transferências do Estado que se verificam em relação a outros Municípios com população idêntica e em muitos casos com 10% da população de Paços de Ferreira.

Verificou-se a aprovação do PAEL e a concessão do visto do Tribunal de Contas, embora sem que tenha havido a libertação da primeira tranche. Logo que seja concretizada a liquidação das faturas incluídas no PAEL haverá uma diminuição da dívida a fornecedores e consequentemente a melhoria do prazo médio de pagamento.

8.

NOTAS FINAIS

8 NOTAS FINAIS

Notas finais:

Os encargos com pessoal diminuíram 6,16%;

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado e reportado ao ano em análise foi de (-104.339,80 €). É uma redução de 94%, face ao ano de 2011 que foi de (-1.809.630,70€). Em 2010 havia sido de (-10.758.546,58€);

Verifica-se um decréscimo de receitas entre as quais as Transferências do estado;

Verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, as despesas correntes não ultrapassam as receitas correntes;

Verifica-se diminuição das despesas de investimento, como resultado do facto de a maior parte dos investimentos estruturantes estarem executados;

Verifica-se diminuição da dívida em cerca de 2.900.000€;

Verifica-se que foram cumpridos os limites de endividamento líquido;

Verifica-se que o Município dispunha de capacidade de endividamento bancário de 1.437.735,82€ em 2011 e agora dispõe de 1.513.233,11€;

Verifica-se uma redução da dívida bancária em valor superior a 1.100.000€;

Considerando os créditos a receber até 31/12/2012, cerca de 4,6M €, dos quais se destacam as verbas a receber de fundos comunitários, de contratos celebrados com o Estado e de resíduos sólidos urbanos, teríamos uma redução da dívida ainda mais significativa, ou seja, em vez da redução de cerca de 2,9M€, teríamos uma redução de cerca de 7,5M€.



Paços do Município de Paços de Ferreira, 23 de Abril de 2013.

O Responsável pelos Serviços



(José Manuel Ribeiro Leão, Dr.)

O Presidente da Câmara



(Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto)

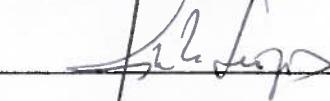
Os Vereadores



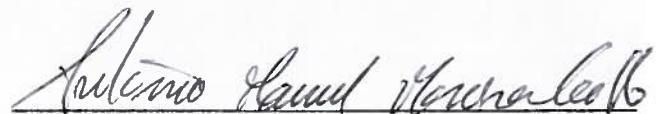
(Manuel Eugénio Pinheiro Martins Coelho, Dr.)



(Maria Alice Guimarães Costa R. Ferreira, Dra.)



(Paulo Sérgio Leitão Barbosa, Dr.)



(António Manuel Moreira Coelho, Dr.)



(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito, Dr.)



(Filomena Luís Nogueira da Silva, Dra.)